

Desenvolvimento rural e educação do campo na Amazônia: um estudo da experiência de “transição agroecológica” no MST

 Sérgio Roberto Moraes Corrêa¹,  Maycom Douglas Ferreira do Nascimento²

¹ Universidade do Estado do Pará - UEPA. Departamento de Filosofia e Ciências Sociais. Travessa Djalma Dutra, s/n, Campus I CCSE, Telégrafo. Belém - PA. Brasil. ² Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), Centro Histórico. Porto Alegre - RS. Brasil

Autor para correspondência/Author for correspondence: sergio.correa@uepa.br

RESUMO. O artigo apresenta alguns resultados de pesquisa, que toma como pano de fundo a experiência de “transição agroecológica” do MST e suas implicações para o debate do desenvolvimento rural e da educação do campo. Com isso, objetivamos analisar o papel e impacto que essa experiência de transição agroecológica do MST vem produzindo em sua proposta de desenvolvimento rural e de educação do campo no âmbito dos assentamentos rurais na Amazônia. A pesquisa tomou como referência teórica os estudos das Epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos e se orientou por uma abordagem qualitativa. Os trabalhos de campo ocorreram em dois assentamentos rurais, um na Ilha de Mosqueiro na cidade de Belém, e o outro na cidade de Castanhal ambos no Estado do Pará¹. Como resultado, foi possível identificar que a experiência de transição agroecológica do MST ocorre de forma contraditória e conflitiva, apresentando avanços e problemas de ordem interna e externa ao Movimento para concretização em sua proposta de desenvolvimento rural e de educação do campo e de se reproduzir socialmente em assentamentos da Amazônia.

Palavras-chave: desenvolvimento rural, educação do campo, transição agroecológica, MST.

Rural development and rural education in the Amazon: a study of the experience of “agroecological transition” in the MST

ABSTRACT. The article presents some research results, which takes as a background the MST's experience of “agroecological transition” and its implications for the debate on rural development and rural education. Thus, we aim to analyze the role and impact that this experience of agroecological transition of the MST has been producing in its proposal for rural development and rural education within the scope of rural settlements in the Amazon. The research took as a theoretical reference the studies of the Epistemologies of the South of Boaventura de Sousa Santos and was guided by a qualitative approach. The fieldwork took place in two rural settlements, one on the Mosqueiro Island in the city of Belém, and the other in the city of Castanhal, both in the State of Pará. As a result, it was possible to identify that the MST's agroecological transition experience occurs in a contradictory and conflicting way, presenting advances and problems of an internal and external order to the Movement to materialize in its proposal for rural development and rural education and to reproduce socially in Amazonian settlements.

Keywords: development rural, rural education, agroecological transition, MST.

Desarrollo rural y educación del campo en la Amazonía: un estudio de la experiencia de “transición agroecológica” en el MST

RESUMEN. El artículo presenta resultados de una investigación que toma como trasfondo la experiencia del MST de “transición agroecológica” y sus implicancias para el debate sobre desarrollo rural y la educación del campo. Nos propusimos analizar el rol y el impacto que esta experiencia de transición agroecológica del MST viene produciendo en su propuesta de desarrollo rural y educación del campo, en el ámbito de los asentamientos rurales en la Amazonía. La investigación tomó como referencia teórica los estudios de las Epistemologías del Sur de Boaventura de Sousa Santos y se guió por un enfoque cualitativo. El trabajo en terreno se llevó a cabo en dos asentamientos rurales, uno en la isla Mosqueiro en la ciudad de Belém, y el otro en la ciudad de Castanhal, ambos en el estado de Pará, Brasil. Como resultado, se pudo identificar que la experiencia de transición agroecológica del MST se da de manera contradictoria y conflictiva, presentando avances y problemas de orden interno y externo al Movimiento para materializarse en su propuesta de desarrollo rural y educación del campo y así reproducirse socialmente en los asentamientos amazónicos.

Palabras clave: desarrollo rural, educación del campo, transición agroecológica, MST.

Introdução

Neste artigo, procuramos socializar os resultados da pesquisaⁱⁱ, que foram, de forma inicial e parcial, apresentados numa primeira publicação centrada no tema da educação do campo (Corrêa & Nascimento, 2019). Nesse novo artigo, aprofundamos esse debate relacionando: transição agroecológica, desenvolvimento rural e educação do campo na Amazônia a partir da experiência do MST. Objetivamos analisar o impacto que essa experiência de transição agroecológica do MST vem produzindo em sua proposta de desenvolvimento rural e de educação do campo no âmbito dos assentamentos rurais na Amazônia.

Para isso, tomamos como referência teórica os estudos das Epistemologias do Sul (Santos, 2006; 2010; 2019) em diálogo com a contribuição das pesquisas no campo de estudo da agroecologia (Costabeber, 2004; Caporal & Costabeber, 2004; Schmitt, 2013, entre outros) e da educação do campo (Arroyo, 2012; Caldart, 2004a; 2004b). Como lócus empírico, foi realizado um trabalho de campo em dois assentamentos rurais, um na Ilha de Mosqueiro, em Belém; e outro no município de Castanhal, ambos no Estado do Pará, entre março de 2017 a março de 2018. A pesquisa se orientou por

uma abordagem qualitativa, envolvendo levantamento bibliográfico, documental e pesquisa de campo. A pesquisa valeu-se das técnicas de observação e de entrevista semiestruturadaⁱⁱⁱ. Como resultados aqui tratados, foi possível identificar que a experiência agroecológica do MST está ocorrendo de forma conflitiva, apresentando tensões de ordem interna e externa ao movimento, influenciado na reorientação de sua concepção e prática de reforma agrária, de desenvolvimento rural e de educação do campo, conformando outros marcos de debate político e epistemológico em seu repertório de luta e sociabilidade num horizonte contra-hegemônico. Essa transição, também, vem enfrentando limites de caráter estrutural, conjuntural e subjetivo no MST.

Frisamos que os resultados de pesquisa aqui apresentados concentram-se, sobretudo no contexto recente neodesenvolvimentista do Brasil. Contudo, entendemos que a conjuntura atual do país sofre um processo de inflexão profunda, retrocesso democrático, que emerge no governo de Michel Temer (2016-2018) e se agudiza ainda mais no governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, impondo uma agenda ainda mais conservadora e reacionária de retrocesso de direitos e de intensificação da desigualdade e exclusão abissal, agravada com a pandemia (Covid-

19), que vem atingindo sobremaneira os povos originários, comunidades tradicionais e camponesas, movimentos sociais e organizações do campo. Assim, esse novo contexto de ruptura e inflexão coloca grandes desafios para a atualização dessa e de outras pesquisas nesse campo temático.

O artigo está organizado em três seções temáticas, além dessa introdução e considerações finais. Na primeira, apresentamos o entendimento de transição agroecológica e os seus desafios na agenda neodesenvolvimentista no Brasil. Na segunda, tratamos dos desafios e avanços da transição agroecológica no MST. Por fim, discutimos a relação entre transição agroecológica e a educação do campo em assentamentos rurais na Amazônia/Pará.

“Transição agroecológica” e agenda neodesenvolvimentista no Brasil

Alinhavamos e situamos aqui, de modo resumido, alguns elementos do debate da “transição agroecológica”, que ajudam a ressignificar tanto o debate do “desenvolvimento rural”, quanto o próprio sentido do *rural* sob outros marcadores.

Costabeber (2004, p. 17) identifica as marcas estruturais da crise do “paradigma produtivista”, da “Revolução Verde”, quer de ordem ecológica quer social. Como resposta à crise desse paradigma

dominante, o referido autor assinala “a emergência do paradigma da sustentabilidade”, enquanto “forma integradora de distintas perspectivas (econômica, política, social, ambiental)”, o qual expressa dinâmicas socioambientais plurais atravessadas por contradições e conflitos. Como manifestação concreta do fenômeno de transição agroecológica em curso, o referido autor (2004, p. 17) aponta os traços característicos do “processo de ecologização da agricultura”, que evidencia o protagonismo de diversos estratos de agricultores e “de novos estilos de agricultura orientados a um uso mais equilibrado dos recursos naturais”. Isso evidencia, por conseguinte, conforme Costabeber (2004), a emergência de outros processos de desenvolvimento rural em curso, sob o protagonismo de pequenos agricultores familiares, que articulam e combinam múltiplas dimensões do mundo da vida: social, política, econômica e cultural, além de várias escalas e espaços, imprimindo outros sentidos para compreensão e transformação do mundo rural brasileiro (e da cidade).

Para Caporal e Costabeber (2004, p. 79), esse fenômeno da transição agroecológica pode ser associado ao surgimento de uma “nova Extensão Rural”, compreendida como “Extensão Rural Agroecológica” que

Constituiu-se num esforço de intervenção planejada para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na participação popular, na agricultura familiar e nos princípios da Agroecologia como orientação para a promoção de estilos de agricultura socioambiental e economicamente sustentáveis. Na realidade, se trata de um enfoque de intervenção rural oposto ao difusionismo reducionista homogeneizador que, desde meados do século XX, auxiliou a implantação do modelo de agricultura de tipo Revolução Verde (Caporal & Costabeber, 2004, p. 79).

Isso coloca em evidência a emergência de outras experiências de desenvolvimento rural em curso, que resistem politicamente ao paradigma produtivista, como marca da modernização conservadora produzida pela Revolução Verde, e põe em cena outros grupos sociais subalternos e parâmetros político, social, cultural, ambiental e territorial, apontando para outros caminhos alternativos de desenvolvimento. Nesses termos, Caporal (2013) sustenta a defesa de um novo “ambiente institucional” para levar a cabo tais alternativas de política pública e de desenvolvimento rural, posto que essa transição agroecológica deve estar inerentemente vinculada ao processo de democratização e alargamento da cidadania no mundo rural e da sociedade brasileira.

Sob um ângulo e perspectiva diferente da alinhavada acima, Schmitt (2013, p. 174) explica que o conceito de *transição agroecológica* tem sido comumente usado como “chave de leitura no estudo das interações que se estabelecem entre processos sociais e ecológicos na co-produção do desenvolvimento rural”, sob enfoques diferentes: micro e macro (sistêmico). Sob o ângulo dos “sujeitos da transição agroecológica”, o campesinato, a referida autora (2013, p. 173-174) parte da ideia de que

A transição para formas sustentáveis de agricultura implica um movimento complexo e não linear de incorporação de princípios ecológicos ao manejo dos agroecossistemas, mobilizando múltiplas dimensões da vida social, colocando em confronto visões de mundo, forjando identidades e ativando processos de conflito e negociação entre distintos atores.

Com base nesses pressupostos, essa autora defende uma abordagem de “transição agroecológica” enquanto “construção social (ou ecossocial) que emerge através das interações, que se estabelecem entre atores, recursos, atividades e lugares nos processos de desenvolvimento rural”, a qual se diferencia da abordagem de “intervenção planejada” (Schmitt, 2013, p. 174).

Para Machado (2013), um dos grandes desafios para essa transição agroecológica ou para a ruptura com o modelo hegemônico produtivista marcado pela ressignificação da Revolução Verde, assenta-se na “reestruturação dos sistemas agroalimentares”. Ao se referirem à terminologia da transição agroecológica, Sauer e Balestro (2013, p. 12) sustentam que “não estamos falando de um somatório de experiências e iniciativas que tentam formar massa crítica”. Para eles,

Transição agroecológica passa por mudanças nos principais circuitos de produção e consumo de alimentos. Ela atinge diretamente a soberania e segurança alimentar. Neste sentido, o aperto que deriva do aumento nos custos dos insumos e da diminuição dos preços pagos aos produtores, além de um forte indicador do esgotamento do paradigma da Revolução Verde, pode ser uma grande motivação para a transição agroecológica. (Sauer & Balestro, p. 12).

Em 2003, o Partido dos Trabalhadores (PT), compondo um arco de alianças bastante amplo, contraditório e conflitivo, chega à presidência da república. Na primeira gestão (2003-2006) do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é possível identificar um governo marcado, eminentemente, por grande continuidade em relação à agenda e política macroeconômica de Fernando Henrique Cardoso. Em seu segundo mandato (2007-

2010), reafirma-se, também, esse diagnóstico de continuidade com a agenda neoliberal (Corrêa, 2014)^{iv}.

Entretanto, conforme identificar Corrêa (2014), nesse segundo mandato, outros analistas, sob matizes diferentes, identificam sinais de descontinuidade, retomando e reposicionando a capacidade política de planejamento e de intervenção do Estado (sobretudo com a agenda e estratégia de desenvolvimento assentadas no PAC e em Programas Sociais), gerando investimento em infraestrutura, geração de emprego formal, crescimento econômico, distribuição de renda e combate à pobreza, acesso e incentivo ao crédito e ampliação do mercado e do consumo internos, além de se projetar como liderança internacional, em particular na América do Sul. É importante salientar que esses analistas já viam sinais de reorientação da agenda brasileira desde o primeiro mandato, inclinando-se para uma programática social, como o Programa Fome Zero e a ampliação e o aprofundamento do Programa Bolsa Família. Mas, apontam, também, limites e contradições dessa agenda emergente, interna e externamente, em particular a situação de desindustrialização, de subordinação ao agronegócio e ao capital financeiro (Corrêa, 2014).

Isso assinala, ainda, segundo Corrêa (2014), um reposicionamento e redefinição do Estado e do seu papel planejador e indutor das políticas públicas nos marcos do desenvolvimento capitalista no Brasil, na América do Sul e no Mundo, o que faz com que alguns pesquisadores considerem uma guinada a um pós-neoliberalismo e a um novo desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo a partir desse segundo mandato, procurando articular, de forma indissociável e equitativa, crescimento econômico e a política distributiva, assumindo o social uma certa tônica de prioridade na política pública dessa agenda neodesenvolvimentista^v (Corrêa, 2014).

Se é bem verdade, como adverte Corrêa (2014), que esse quadro histórico recente do modelo neodesenvolvimentista expressa uma *inflexão* na agenda do Estado com rebatimento e conquistas individuais e coletivas importantes na sociedade brasileira (e num sentido mais amplo na América Latina)^{vi}, é bem verdade, também, que esse modelo produziu um *reformismo fraco* (Singer, 2012), demarcando, por conseguinte, um cenário de continuidades e discontinuidades, de contradições e conflitos, em que iniciativas e políticas progressistas acabaram por esmaecer face à

orientação hegemônica da agenda neodesenvolvimentista.

No contexto do primeiro Governo de Dilma Rousseff, podemos identificar a criação e institucionalização da *Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)*. Ela foi instituída por meio do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. A PNAPO surge com o objetivo de embasar a construção de um modelo de desenvolvimento rural ambientalmente sustentável e socialmente inclusivo, fortalecendo e ampliando a política de segurança alimentar e nutricional.

Com isso, criou-se o primeiro o *Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo)*, com vigência no período de 2013 a 2015, que

É uma política pública do Governo Federal criada para ampliar e efetivar ações para orientar o desenvolvimento rural sustentável. Fruto de um intensivo debate e construção participativa, envolvendo diferentes órgãos de governo e dos movimentos sociais do campo e da floresta, o Planapo é o principal

instrumento de execução da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo). Mas não é só isso. O plano busca integrar e qualificar as diferentes políticas e programas dos dez ministérios parceiros na sua execução. (Brasil/Mda, 2013, p. 1).

Esse Plano procurou estabelecer ações articuladas dos dez ministérios parceiros, à época, no Plano formam um conjunto de 134 iniciativas, distribuídas em 14 metas e organizadas a partir de *quatro eixos estratégicos*: I. Produção; II. Uso e Conservação de Recursos Naturais; III. Conhecimento; IV. Comercialização e Consumo (Brasil/Mda, 2013, p. 3).

Cabe ressaltar que essa política pública e seu plano nacional constituíram um importante avanço em direção a uma outra perspectiva e agenda de desenvolvimento rural para o país, sob uma nova matriz de sustentabilidade e de inclusão dos povos do campo e de comunidades tradicionais, que têm como base a produção familiar sob uma outra lógica, cosmovisões outras. Contudo, vale, também, destacar que ela resulta de uma história de luta anterior de diversos movimentos sociais do campo e de povos e comunidades tradicionais, que pressionaram o Estado pela implementação de novas políticas públicas de desenvolvimento rural e de reconhecimento do território em que eles sejam reconhecidos como sujeitos de

direitos e tenham sua reprodução social material e simbólica garantida dignamente, conforme sua ancestralidade, assim como a defesa da natureza como patrimônio de vida e bem comum, e não mera mercadoria e recurso privado. Por isso, é importante diferenciar o movimento instituinte e de institucionalização desse processo de transição agroecológica, que, nesse referido contexto, apontava para relevantes conquistas de democratização do campo, da sociedade brasileira, não obstante a continuidade de seus obstáculos estruturais.

Como se percebe, essa política é nova e nasce num grave contexto de crise socioambiental global, por conseguinte, uma iniciativa pertinente desses segmentos da sociedade civil com o Estado. Mas, esse próprio campo da agroecologia é um campo heterogêneo, de tensão e conflito, que não está dado e sim em movimento interno e externamente. A pressão que recai sobre esse campo vem, sobretudo de grandes grupos econômicos e políticos nacionais e internacionais conservadores vinculados ao agronegócio, às indústrias alimentícias e ao rentismo (Sauer; Balestro, 2013).

Para Caporal e Pertesen (2012),

Nesse contexto observa-se que as políticas públicas não revelam uma intencionalidade no sentido da busca de mais sustentabilidade, senão que

as inovações de caráter socioambiental somente aparecem de forma pontual em algumas das iniciativas dos governos. Essas, não obstante, são importantes na medida em que sinalizam para a possibilidade de estabelecimento de um projeto nacional capaz de contribuir decisivamente para a transição agroecológica, entendida como condição fundamental para reorientar o modelo de desenvolvimento rural e agrícola na busca de mais sustentabilidade econômica, ambiental e social. (Caporal & Petersen, 2012, p. 1).

Se de um lado é importante reconhecer e destacar alguns avanços sociais, uma maior visibilidade de temas e políticas como a agricultura familiar e o desenvolvimento e educação do campo, agroecologia, as questões de gênero, étnico-racial, juventude nos governos Lula e Dilma, contudo, a agenda do agronegócio teve prioridade, o que revelou uma profunda contradição e tensão nesse processo de desenvolvimento e da agenda do governo federal nesse contexto progressista (Delgado, 2010; Loureiro, 2016).

Em seus estudos, Almeida (2011) já focalizava como os marcos regulatórios vinham sendo “recodificados” por pressão das forças sociopolíticas e econômicas conservadoras (nacionais e internacionais) para avançar com o agronegócio e com os grandes projetos de infraestrutura. Ele identificava que os “direitos territoriais e étnicos” de povos e comunidades

tradicionais e camponesas estavam na mira das “agroestratégias dos agronegócios”, levando a processos de “desterritorialização” desses povos e comunidades, reforçando e expandido no Brasil, em particular na Amazônia, a pressão e territorialização do capital “dos agronegócios” sobre as terras e territórios dessas populações e comunidades camponesas, levando a uma “guerra ecológica”.

Se não se pode negligenciar essa agenda neodesenvolvimentista como propiciadora para abrir, em certa medida, uma arena de interlocução e negociação com organizações e movimentos sociais do campo (da sociedade civil) e conceber algumas de suas reivindicações para formular políticas públicas, como a PNPO, e ampliar e fortalecer a política de Educação do Campo é relevante, contudo, não desconsiderar e minimizar, pelo menos três outros aspectos: 1) as contradições estruturantes que marcaram essa própria agenda, obstaculizando e limitando rupturas e mudanças estruturais, dada a hegemonia do agronegócio na orientação dessa agenda neodesenvolvimentista; 2) como consequência, as demandas do repertório e participação dos grupos e classes sociais subalternos do campo, de territórios quilombolas e indígenas acabam sendo

secundarizadas e invisibilizadas; 3) é relevante, todavia, não desprezar as lutas e resistências desses diversos sujeitos do campo (e da cidade e de outros territórios) para pressionar o alargamento de participação nessa arena institucional (Estado) e, por conseguinte, na esfera pública da sociedade brasileira, inscrevendo e marcando, nesse contexto, campos de fortes contradições e conflitos. Tanto a colocação do debate da transição agroecológica na sociedade (bem como da educação do campo), quanto a institucionalização de sua agenda não pode ser compreendida sem esse protagonismo político desses sujeitos.

No tocante à crítica e resistência de movimentos e organizações sociais do campo e de povos e comunidades tradicionais a essa agenda neodesenvolvimentista e em defesa da transição agroecológica, um de seus momentos marcantes foi simbolizado no *Seminário Nacional de Organizações Sociais do Campo*, realizado em Brasília, nos dias 27 e 28 de fevereiro de 2012. Como um dos grandes atores, esteve o MST que, junto com outros movimentos e lideranças de povos e comunidades tradicionais, deliberaram, em seu *Manifesto*, “pela construção e realização de um processo de luta unificada em defesa da Reforma Agrária, dos direitos territoriais e

da produção de alimentos saudáveis”. Nesse documento, essas organizações e movimentos sociais do campo enfatizam sua crítica ao “aprofundamento do capitalismo dependente no meio rural”, com base na expansão da fronteira do agronegócio, que tem reforçado a reprimarização da economia e provocado consequências destrutivas sociais e ambientais (Manifesto, 2012, p. 01).

Ainda nesse Manifesto, essas organizações e movimentos denunciam:

O pensamento neodesenvolvimentista centrado na produção e no lucro, defendido pela direita e por setores de esquerda, exclui e trata como empecilho povos indígenas, quilombolas e camponeses. A opção do governo brasileiro por um projeto neodesenvolvimentista, centrado em grandes projetos e na exportação de commodities, agrava a situação de exclusão e de violência. (Manifesto, 2012, p. 1 grifos nossos).

Como contraponto, essas organizações e movimentos apresentaram uma outra *agenda de reivindicações*, propondo e defendendo:

... nós, organizações do campo, lutaremos por um desenvolvimento com sustentabilidade e focado na soberania alimentar e territorial, a partir de quatro eixos centrais: Reforma Agrária ampla e de qualidade, garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas e quilombolas e comunidades tradicionais: terra como meio de vida e afirmação da identidade sociocultural dos povos, combate à estrangeirização das terras e

estabelecimento do limite de propriedade da terra no Brasil. a) Desenvolvimento rural com distribuição de renda e riqueza e o fim das desigualdades; b) Produção e acesso a alimentos saudáveis e conservação ambiental, estabelecendo processos que assegurem a Transição Agroecológica. c) Garantia e ampliação de direitos sociais e culturais que permitam a qualidade de vida, inclusive a sucessão rural e permanência da juventude no campo (Manifesto, 2012, p. 2).

Esse foi um evento histórico, que teve seu impacto em diversos setores da sociedade, pondo outras e novas questões interpeladoras para interpretação da realidade social brasileira, em particular do mundo rural e dos territórios de povos originários e comunidades tradicionais e camponesas. O protagonismo e articulação entre os povos do campo, das águas, da floresta inscrevem um momento histórico a partir do *Sul*^{vii}, dos (as) excluídos (as) e oprimidos (as) das *Margens do Brasil*, fazendo emergir uma “aliança” entre eles de luta e resistência contra o modelo de desenvolvimento dominante e em defesa de novos marcadores de sociabilidade sustentável e solidário.

Esse protagonismo e articulação entre esses povos e movimentos assinalam um reconhecimento e legitimidade da especificidade e luta particular de cada um desses sujeitos coletivos, que não pode ser negligenciada e desconhecida, caso

contrário, nos termos de Boaventura Santos (2010), reproduzir-se-á a exclusão e invisibilidade desses sujeitos, levando ao desperdício de suas experiências e saberes e, por conseguinte, de suas lutas, marcas do paradigma hegemônico capitalista, colonialista e patriarcal. Se esse reconhecimento da particularidade é fundamental para fazer emergir novas experiências e saberes e evidenciar a resistência de outros sujeitos e seus repertórios, contudo, esse protagonismo e articulação entre esses povos e movimentos sociais expressa a defesa da “unidade” como dimensão fundamental para essa resistência ao paradigma hegemônico. Daí que é possível arriscar, em diálogo com as formulações de Boaventura (2007), que esse encontro expressa um relevante “sinal”, além da “ecologia de saberes”, da “ecologia de reconhecimento” e de “tradução intercultural”, isto é, de aprendizado entre esses diversos sujeitos coletivos, colocando em cena *epistemes outras* e possibilidades *outras* de sociabilidade. Isto revela e traz à baila outras “pedagogias” em movimento e em construção, a partir das lutas e resistências e da periferia, ou como sugere Boaventura Santos (2019) “Pedagogias Pós-abissais”. Chamando para a importância dessas Pedagogias Pós-abissais, Arroyo (2012) nos adverte para a

emergência de “Outros Sujeitos, Outras Pedagogias”. Nesses termos, pode-se dizer que esse encontro revela uma originalidade e repõe um desafio clássico já assinalado por intelectuais latino-americanos, como José Martí e José Carlos Mariátegui, de “aliança” entre povos para construir uma outra América ou mesmo o desafio posto pelos povos originários em defesa de *Abya Yala* (Terra de sangue vital).

Além dessa dimensão da “aliança entre os povos”, da “unidade”, esse encontro, também, enfatizou a necessidade do encontro do social com o ambiental com forte tom político. Isso revela, ao nosso ver, um desses aprendizados entre esses sujeitos, em particular do MST ao colocar com ênfase em seu repertório atual o tema da sustentabilidade, por isso, a terra, além de sua função social, também, ganha sua dimensão ambiental e identitária, sinalizando um caminho de superação de uma visão produtivista (Borges, 2009; De’carli, 2013; Borssato & Carmo, 2014) e abrindo caminhos para “produzir para viver” (Santos, 2003) como expressão da “ecologia das produtividades” contra a “monocultura produtiva” (Santos, 2007).

É importante destacar aí nessa agenda, expressa no manifesto, a defesa do modelo agroecológico no terceiro eixo como parte integrante e importante da

defesa de um “desenvolvimento com sustentabilidade”. Essa dimensão da sustentabilidade tem ocupado um lugar cada vez mais relevante na agenda de movimentos sociais combativos, como o MST, figurando uma das mudanças recentes no repertório e no discurso político do movimento em defesa da reforma agrária e de um projeto de desenvolvimento para o país, o que aponta para uma redefinição desses temas no movimento. Em pesquisas recentes, tem-se verificado essa mudança importante no MST com a inserção e defesa do paradigma agroecológico de desenvolvimento em seu repertório e projeto (Borges, 2009; De’carli, 2013; Borssato & Carmo, 2014; Abreu, 2019).

Cabe destacar que, em maio de 2016, ainda durante os derradeiros dias do Governo Dilma, entra em vigor o segundo Planapo (2016-2019), considerado uma grande vitória pelos movimentos sociais do campo, da agroecologia, dos povos e comunidades tradicionais, haja vista que, nesse segundo plano, foram incorporadas novas reivindicações desses sujeitos coletivos. No entanto, com o *impeachment* da presidenta Dilma^{viii}, em agosto de 2016, a racionalidade neoliberal avança hegemonicamente e aprofunda a reorientação e *inflexão* na agenda política do Estado com o governo de Michel

Temer. Quadro conjuntural agravado mais ainda com a eleição presidencial, em 2018, de Jair Bolsonaro.

A transição agroecológica no MST: potencialidades e desafios na sua implementação

Em 1984, durante o I Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, nascia oficialmente um dos principais movimentos sociais da luta pela terra na América Latina^{ix}. O MST se colocava em cena como um ator coletivo de destaque no processo de conquista dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e, ao mesmo tempo, evidenciava a necessidade de ouvir os “silêncios” e olhar argutamente para as *margens* da sociedade (em particular do rural), que a partitura da história oficial brasileira, bem como as teorias economicistas e subjetivistas eurocêntricas não revelavam. Para Wanderley (2009, p. 264), um novo sentido e modo de conceber *o rural* brasileiro estava emergindo contra uma ideia dominante de *vazio rural*.

Nesse horizonte, cabe evidenciar, que a “transição agroecológica” do MST não está despregada desse contexto mais amplo no tocante à luta pela reforma agrária, pela democratização da sociedade e, em especial do acesso a terra, uma vez que, a discussão da agroecologia no âmbito dos assentamentos rurais está vinculada ao

debate da regularização fundiária diante da histórica e extrema concentração de terra no campo brasileiro^x.

Cabe ainda destacar, que o próprio entendimento de reforma agrária dentro do movimento passa por mudanças recentes com a defesa da *reforma agrária popular* que aponta para a urgência de um novo modelo agrícola para o campo brasileiro, indo além da defesa da democratização da terra e propondo como estratégia o estabelecimento de um sistema agrícola em contraposição ao agronegócio (Engelmann, 2016). Daí a necessidade de lançar uma interpretação acerca da *transição agroecológica* enquanto *práxis* que busque associar de forma intrínseca a defesa da reforma agrária popular e o estabelecimento de uma nova matriz de produção sustentável em respeito à sociobiodiversidade e à natureza, isto é, construção de parâmetros de *sociabilidades e educações* outras a partir de baixo^{xi}.

Portanto, a proposta da transição agroecológica não pode ser compreendida apenas como um novo modo/sistema de produção de alimentos e consumo, mas, ao mesmo tempo, ela se inscreve numa nova visão de mundo, dos processos produtivos, dos saberes dos camponeses, da sua relação com a natureza, de toda uma compreensão do modo de produção de

conhecimento-experiência de vida (Fals Borda, 1970; Freire, 2001) que esses sujeitos do campo têm para garantir a sua reprodução enquanto camponeses (as), o que nos permite compreendê-la como um novo modo de vida que se constitui num processo de “*sentipensar com a terra*” (Escobar, 2016, tradução nossa), a partir de baixo e como bem comum.

Durante o trabalho de campo no assentamento localizado na Ilha de Mosqueiro ao tratarmos com uma liderança sobre essa nova experiência em curso sob esse novo prisma da transição agroecológica, a liderança do MST destacou a importância e o desafio da construção de novos saberes, valores, novas relações sociais e padrões de produção, envolvendo ser humano e natureza, a *sociobiodiversidade* amazônica.

A agroecologia, em primeiro lugar, a gente pensa no ser humano, na relação ser humano e natureza. Esse é o pensamento geral da agrobiodiversidade. Ela é uma discussão que surge no âmbito político, que é justamente diante de tanta destruição, depredação e devastação. Nós, enquanto agricultores, vamos preservar pra quê? Qual o objetivo de preservar, de constituir o bioma Amazônico? Então, agroecologia, pra gente, é você produzir, construir um sistema em harmonia com a natureza, mantendo e preservando a biodiversidade (Entrevistado A).

A dimensão política e epistemológica que o MST vem dando a esse tema, sustentando a defesa do paradigma agroecológico como alternativa de desenvolvimento rural e de sociabilidade e contraponto ao modelo de desenvolvimento de agricultura hegemônica de mercado (Sauer & Balestro, 2013; Machado, 2013) coloca essa agenda numa posição contra-hegemônica diante de um contexto de grave crise socioambiental e de mercantilização da natureza e dos bens comuns que deságua em uma ofensiva espoliadora sobre/contra a Amazônia e seus Povos (Malheiros, Porto-Gonçalves & Michelotti, 2021). Nesse sentido, o MST vem provocando a agenda pública do país, em particular da Amazônia, para esse tema, inscrevendo tanto novas dinâmicas e conflitos socioterritoriais quanto outras formas de narrativas e de conhecimentos subalternos a partir dessas margens rurais desse Sul Global.

Em outra entrevista com uma liderança do assentamento localizado em Castanhal, ao perguntarmos com relação ao significado da agroecologia e do seu papel educacional para essa construção de *outros mundos*, ela responde:

... pra nós a agroecologia consiste nisso: a não exploração da mão de obra, ou seja, ela implica numa outra base econômica que não é

capitalista, porque se você tem uma agroecologia dentro de um princípio educacional e se você está explorando seu semelhante você tá fazendo um papel que não condiz ao seu discurso, aos seus princípios, por isso que pra nós a agroecologia ela vai além do plantar, da prática plantativa. (Entrevistado B).

Essa compreensão das relações, da economia, do trabalho por meio da transição agroecológica, ajuda a revelar um caminho de renovação de debate em torno de grandes temas, como emancipação social, reforma agrária, desenvolvimento rural sustentável e solidário etc. Contudo, é relevante considerar que esse processo de transição enfrenta uma correlação de poder desigual e grandes obstáculos hegemônicos dado pelo agronegócio durante a agenda neodesenvolvimentista.

Vale frisar, também, que esses obstáculos se acentuam em razão da falta de políticas públicas (apoio técnico e financeiro) por parte do poder público municipal, estadual e federal. Isso revela determinantes socioeconômicos que obstaculizam tal transição, mas, também, associada a essa dimensão estrutural, existe um componente subjetivo, que se exprime no *novo espírito do capitalismo*, que penetra nos poros mais íntimos da sociedade conformando subjetividades e subordinando o comportamento e pensamento, conforme o *ethos* hegemônico capitalista (Boltanski & Chiapello, 2009).

Transição agroecológica e educação do campo em assentamentos rurais da Amazônia

Os temas “Campo”, “Educação do Campo (EC)” e “Desenvolvimento Rural” passaram a ganhar maior visibilidade na agenda pública da sociedade brasileira, de forma mais evidente e positiva, sobretudo a partir do final dos anos 90 e início dos anos 2000, dado o protagonismo de diversos movimentos e organizações sociais do campo, como o MST, que ascendiam à cena pública e que recolocavam temas e problemas históricos e atuais da realidade rural do país, como a questão agrária e a situação dramática da exclusão, violência e desigualdade nesse *Brasil das Margens*, sendo a educação um desses focos de denúncia^{xii}.

Contudo, cabe frisar que essa narrativa do “campo”, da “educação do campo” e do “Desenvolvimento Rural” é, também, uma narrativa em disputa, que pode ganhar diversos recortes históricos e sociais e, por conseguinte, diversos sentidos e compreensões sob perspectivas e angulações diferentes^{xiii}. Ademais, o debate do pensamento social clássico latino-americano, em particular o brasileiro, acerca dos temas do mundo rural e da educação rural, não pode ser negligenciado e esquecido, correndo o risco de reforçarmos uma postura

eurocêntrica e subalterna de nossas reflexões e interpretações e, assim, alargarmos o foço da geopolítica desigual do conhecimento (Lander, 2005) e do “pensamento abissal” (Santos, 2010).

No tocante à “origem e natureza da educação do campo” (EC), Roseli Caldart (2009, p. 39) diz que a “Educação do campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo”. Daí que a EC se põe como um contraponto à educação rural, concebida como reprodutora do modelo de sociedade capitalista excludente e desigual (Caldart, 2004a; 2004b; 2009).

Caldart (2009, p. 35) argumenta que a EC é “um fenômeno recente da realidade educacional brasileira, que tem os movimentos sociais camponeses como principais protagonistas”. Caldart (2009, p. 38) sustenta como uma das “características” fundantes da educação do campo as “contradições reais” e a “luta de classes”. Para a referida autora, essa concepção deve levar em consideração a participação dos sujeitos que vivem no/do campo, assim como suas especificidades. Para que pudesse considerar os diversos segmentos sociais seria necessário que a educação fosse do campo e no campo.

Caldart (2004b), ao pôr em debate a contribuição do projeto-político pedagógico da educação do campo, aponta que um dos princípios fundamentais é o diálogo com a teoria pedagógica crítica. Dentre essa tradição crítica, ela (2004a, p.20) aponta três matrizes referenciais: uma primeira é de tradição do *pensamento pedagógico socialista*; uma segunda matriz é a *Pedagogia do Oprimido e toda a tradição pedagógica decorrente da Educação Popular*; a terceira se expressa na *pedagogia do movimento* (Caldart, 2004a; 2004b).

Nesses termos, a EC não se restringe somente à denúncia dessa educação dominante e opressora, mas, também, da sociedade que ela reproduz e sustenta. Além disso, a EC não é só denúncia. Ela anuncia e aponta outras possibilidades de educação e sociabilidade e mostra seu vínculo orgânico com a reforma agrária e com outro projeto de nação assentado no ideal socialista. Assim, essa proposta de educação tem como fundamento principal a transformação social e emancipação dos diversos atores que vivem no campo. Para isso, torna-se necessário que as classes populares do campo sejam reconhecidas como sujeitos históricos de direitos e como protagonistas de seus direitos e de processos educacionais e sociais, o que não

pode se efetivar nessa sociedade capitalista (Caldart, 2004a; 2004b).

Quando o entrevistado “F” foi perguntado sobre qual o espaço que o debate da Educação do Campo ocupa atualmente dentro do MST, ele relata:

O debate da educação do campo se constrói dentro da discussão da reforma agrária para o campesinato brasileiro, sendo ela entendida não só como o acesso à terra, mas como um conjunto de políticas públicas que visam melhorar e ordenar o campo brasileiro (Entrevistado F).

Identificamos na fala do entrevistado que o tema da educação do campo deve ser situado numa agenda e repertório mais amplo, associado dialeticamente à questão da agenda da reforma agrária e de um projeto de nação de desenvolvimento, em particular rural, que envolve o conjunto de políticas públicas para garantia de direitos dos povos do campo e democratização “da terra” e do território. Nesse processo, a escolarização ganha novos sentidos, como o campo ganha novos sentidos e modos de existir. Sobre esse aspecto, o entrevistado diz:

A educação do campo se inseriu nesse processo, pois não só adiantava ter acesso à terra com pessoas ignorantes, sem o acesso à educação e cultura. O assentamento não pode ser visto somente como uma maneira de se obter renda, ali se produz cultura, vida, novas relações sociais, e com isso, a educação foi ganhando centralidade

no MST. Para nós, a escola não é uma bandeira do MST, é uma prioridade do movimento. (Entrevistado F).

Isso sugere pensar o rural no sentido mais amplo e complexo, diferentemente de pensá-lo como algo setorial, isto é, reduzido à dimensão agrícola, a dimensão territorial do rural significa compreendê-lo como espaço de vida, onde se realizam as múltiplas manifestações inerentes à vida humana: educacionais, religiosas, sociais, de trabalho, culturais, econômicas, artísticas, produtivas, ambientais etc., isto é, a multidimensionalidade do campesinato (Wanderley, 2009) e não-humanas, o que nos exige romper e superar uma racionalidade e mentalidade meramente euro-antropocêntrica (Acosta, 2016; Santos, 2010, 2019).

Ao perguntarmos sobre o que alguns dentro do movimento vêm denominando de “transição agroecológica” e a importância dela para o MST e para educação do campo, uma liderança do “Assentamento I” diz:

Os camponeses já fazem agroecologia há muitos anos, centenas de séculos atrás, os povos indígenas eram povos que viviam em torno da agroecologia. Agora temos que entender e compreender a natureza, a floresta pra poder aprender com ela e continuar a viver com ela. Então eu vejo que foi importante, porque os movimentos sociais dão cunho político pra isso no sentido do enfretamento contra

uma matriz tecnológica que paira no Brasil e no mundo todo que é matriz tecnológica da monocultura (Entrevistado E).

É possível identificar nessa narrativa o reconhecimento de que a agroecologia está assentada em uma história dos povos e comunidades tradicionais. É preciso considerar e dialogar com os saberes e experiências sociais desses povos originários. A dimensão política dada pelos movimentos a esse tema estabelece um campo de conflito novo e outras relações de poder e sentido em defesa da terra, do território, da natureza e da reforma agrária, fenômeno social que pode ser lido como expressão da “ambientalização das lutas sociais” (Leite Lopes, 2006; Acsegrad, 2010). Duas lógicas e paradigmas são postos em conflito: o da *agroecologia* (agricultura família) e o da *monocultura* (agronegócio), inscrevendo modelos de desenvolvimento rural e modos de sociabilidades em contradição e conflito (Sauer & Balestro, 2013). Mas, entendemos que, além dessas lógicas de desenvolvimento e sociabilidade antagônicas, temos, também, lógicas epistêmicas contraditórias e conflitivas de ser humano, de sociedade, de desenvolvimento e de natureza. Isso ajuda a questionar, também, a centralidade do Trabalho nessa concepção de campo, como sustentada por Caldart, e situar outro lugar

que a Natureza vai ocupando nessa relação com o trabalho. Nesse terreno de reconfiguração e de correlação do poder, a educação do campo assume posição e se renova com a dimensão da ecologia política e com a dimensão da epistemologia da agroecologia incorporada pelo MST^{xiv}.

A narrativa acima sugere identificar que a luta pela reforma agrária e pela educação campo passa a assumir um papel político e social mais amplo e complexo, envolvendo outras dimensões do mundo da vida, como a ambiental, a cultural e os saberes. Além disso, ela é entendida como estratégia que não se pauta somente na luta pela terra, mas também por outros direitos sociais que buscam ressignificar e reinventar a vida no campo e na sociedade brasileira. O que se percebe é que a pauta e dimensão econômica e do trabalho, estrutural de classes, que ainda recebe muita ênfase no MST e na análise de Caldart (2004a; 2004b; 2009), vai se coadunando a novas temáticas e questões (gênero, étnico-racial, ambiental, territorial etc.), relativizando o tom do seu diapasão produtivista e estruturalista, reconfigurando, por conseguinte, uma plataforma de resistência e de luta contemporânea, que coloca em debate e em cena novas dimensões de opressão e dominação e, também, de luta e resistência,

que precisam ser concebidas e compreendidas tendo em vista construir outros conhecimentos balizadores de interpretação da realidade e caminhos de novas alternativas de sociabilidade de desenvolvimento rural sustentável solidário e da reinvenção da educação do campo.

Ao continuarmos a tratar da relação entre a “transição agroecológica” e a reforma agrária e educação do campo no MST, a liderança C deixa evidente a necessidade de “ruptura” com o modelo dominante de desenvolvimento e de educação “colonialista” e “mercantil” e a urgência de se fazer uma transição para uma outra educação e matriz tecnológica de desenvolvimento e produção (agroecologia):

É necessário pensar uma educação diferenciada, uma educação não pro campo, mas uma educação do campo pros camponeses, é necessário se pensar na agricultura que faça ruptura com o modelo de desenvolvimento econômico que o Brasil adotou, que é o modelo colonialista e agora é neocolonialista. E nós prezamos por outro modelo de desenvolvimento econômico. Pra isso, é necessário ter uma educação diferenciada pra ti poder discutir outra matriz tecnológica de produção, nós precisamos discutir uma ruptura completa com esse modelo, mercantil, que parte de uma educação, que parte de uma outra matriz tecnológica que é produzir pra uma autosustentação que em primeiro lugar nós não produzimos mercadoria, nós produzimos alimentos. (Entrevistado C).

Com a incorporação do desenvolvimento rural agroecológico para os assentamentos rurais na Amazônia e no Brasil, ocorre uma redefinição importante na proposta de educação do campo, de desenvolvimento e da reforma agrária do MST, haja vista que é posto em sua agenda uma dimensão (a sustentabilidade) com forte corte político de classe, que reafirma sua identidade como ator coletivo anticapitalista, mas revê sua forte influência marxista produtivista. Isso é um elemento relevante nessa redefinição. Diagnóstico esse que é confirmado no depoimento feito por uma liderança do movimento: “Hoje a dinâmica de disputa pela terra nos cobra essa configuração, outra lógica de produção, é um debate na certeza do que queremos”. (Entrevistado A).

Ao destacar como avanço a referência que o seu lote agroecológico se tornou para o MST, a entrevistada D frisa a experiência como propícia para o “debate”, isto é, de pesquisa e formação nesse campo da agroecologia para a *identidade camponesa*. Sobre esse aspecto, foi possível, também, identificar nesse lote uma importante dimensão educativa, que inscreve o processo de formação humana sob um novo marco de desenvolvimento rural e de sociabilidade, interagindo, de forma inseparável, teoria e prática,

pesquisa-ação: práxis político-educativa fundamental no processo de emancipação social (Fals Borda, 1970; Freire, 2001).

Isso nos sugere identificar mais duas matrizes pedagógicas, para além daquelas identificadas na pedagogia do MST por Caldart (2004a), como reflexo dessa *práxis* do MST: a *socioambiental*, que põe essa questão como condição relevante para construção renovada dessa identidade coletiva camponesa e, por conseguinte, passa a ganhar dimensão de destaque em sua proposta de educação do campo e de reforma agrária popular na sociedade. Como contraponto às monoculturas do saber e da produtividade capitalista identificadas por Boaventura (2007), é possível verificar em desenvolvimento, no MST, as “ecologias” dos saberes; das temporalidades e das produtividades. Uma segunda matriz se expressa no protagonismo das mulheres, por meio da Associação de Mulheres Agricultoras (AMACAMPO) do MST^{xv}, nesse desenvolvimento da produção agroecológica. Assim, a matriz pedagógica de *gênero* contribui para imprimir um movimento de despatriarcalização do MST por dentro, renovando e alargando a sua luta: isto é, além de sua posição anticapitalista e anticolonial, antipatriarcal.

Em diálogo com as formulações de Santos (2010), argumentamos que o MST

contribui, sobremaneira e de forma singular, para inscrever outras e novas narrativas de luta e resistência social, que trazem à baila outros saberes e gramáticas interpretativas da realidade brasileira, em particular do espaço rural, protagonizadas pelos excluídos (as), que assumem escrever a história, *a partir de baixo*, criando uma nova imagem do Brasil, como contraponto à história oficial e à imaginação social moderna eurocêntrica, que cunhava o rural como expressão desse atraso e antítese do moderno, revelando, assim, uma modernidade que opera inseparável e dialeticamente com a colonialidade (Quijano, 2010). Boaventura (2010) ajuda a jogar luzes, também, em “silêncios” não revelados pelo repertório inicial e atual desse sujeito coletivo, que carece se ressignificar em cada tempo histórico, posto que, assim como ele interpela a sociedade de seu tempo e espaço, ele, dialeticamente, é interpelado a se reinventar, como condição para sua existência, resistência e enfrentamento aos sistemas capitalista, colonialista e patriarcal.

Por isso, o MST ajuda a escrever e revelar outra gramática e narrativa do Brasil rural, a partir das lutas e resistências dos subalternos. Nos termos da Sociologia das Ausências, da Sociologia das Emergências e da Ecologia de Saberes de

Boaventura Santos (2006), é possível dizer que o MST contribui para emergência de outras *epistemes* e modos outros de ser e existir do campo brasileiro, por meio de sua luta política e social por um outro modelo de sociabilidade. Daí a necessidade de se compreender os movimentos sociais como importantes *sujeitos-interlocutores* da sociedade, e não como objetos de estudo, posto que eles têm muito a revelar sobre a inteligibilidade de nossa sociedade, de suas contradições, dilemas e desafios.

Nesse sentido, cabe frisar, no entanto, alguns problemas e desafios que a educação do MST vem enfrentando nesses assentamentos pesquisados, obstaculizando esse processo de transição agroecológica. Ao perguntarmos a uma liderança do movimento se a concepção de educação do campo trabalhada na escola é aquela defendida pelo movimento, ela diz:

Nós defendemos que ela deveria ser muito mais melhorada até porque como eu digo ela deve ocupar todos os espaços e não somente as paredes da escola, não somente a mente do professor, mas ela tem que predominar em todos os espaços dos arredores e também muito mais no educando. (Entrevistado A).

Essa narrativa assinala que a proposta de educação do campo defendida e construída pelo MST vem apresentando limitações do ponto de vista de efetivar sua concretização, de modo, que as

especificidades dos alunos (as) e os seus saberes sejam incorporados, e não apartados do currículo escolar^{xvi}. Outro ponto central nessa análise são as causas desses fatores e os desdobramentos que esse currículo apartado tem causado no assentamento, o que alguns vêm denominando de “perda de identidade”, realidade que foi mencionada por uma entrevistada que trabalha na escola do assentamento II^{xvii}. Ao questionarmos sobre as estratégias que a escola vem adotando para lidar com essa problemática da perda da identidade, a entrevistada B levanta a seguinte pergunta: “*como é que eu passo dois anos com um PPP [Projeto Político-Pedagógico] e um dos eixos do objetivo geral é valorizar o convívio com a terra e chego no final do ano e não consigo nem plantar uma árvore na escola?* (Entrevistada B).

Isso revela, para ela, tanto o problema da dualidade entre teoria e prática, quanto entre o projeto pedagógico e falta de condições de trabalho dignas no campo para efetivar esse projeto, que precisam ser superados para fortalecer essa identidade camponesa. Se a educação do campo não ocupa um lugar prioritário na agenda pública do Estado e da sociedade brasileira, isso revela mecanismos, inclusive institucionais, de exclusão e invisibilização desses setores e grupos

sociais subalternos. Faz-se, portanto, necessário a constituição de outras formas de interpretação, de política e de prática que apontem para outros caminhos a partir e considerando a particularidade Amazônica (Corrêa & Hage, 2011; Corrêa, 2019).

No decorrer de seu movimento e desenvolvimento, a educação do campo no Brasil^{xviii}, em particular na Amazônia (Corrêa & Hage, 2011), vem se complexificando, se expandindo, se diversificando ainda mais, envolvendo um conjunto amplo e plural de atores e atrizes sociais: camponeses (as), indígenas, negros (as), quilombolas, ribeirinhos (as), pescadores (as) etc., fazendo com que essa proposta, conceito e políticas sejam interpelados por esse conjunto de experiências, dinâmicas e perspectivas emergentes, que passam a imprimir e requer novos olhares, formulações, práticas e políticas públicas de educação e de sociabilidade^{xix}.

Os conceitos de “campo”, “camponês” e “educação do campo” são interpelados por esses outros sujeitos que lutam por reconhecimento e revelam, nessa relação de poder, “silêncios” que esses conceitos, contraditoriamente, guardam e expressam em si e como são reproduzidos pela agroecologia^{xx}. Nesse sentido, esses conceitos têm sua força epistêmica e

política para tratar do campesinato (mesmo esse precisa considerar a especificidade de cada realidade histórica e social, como a brasileira, a amazônica), mas revelam, dialeticamente, suas fraquezas epistêmicas e política para tratar de outros sujeitos e territórios, em particular os povos e comunidades tradicionais, pondo o desafio da criatividade e invenção crítica de outras imaginações sociais e educacionais a partir *dos e pelos* grupos subalternos das *margens* brasileiras, em particular das *margens amazônicas* do rural (e, também, urbana).

Considerações finais

Nesse percurso e dado o recorte temático e contextual neodesenvolvimentista aqui para esse artigo, foi possível identificar na pesquisa, que a experiência de transição agroecológica do MST ocorre de forma contraditória e conflitiva, apresentando avanços e problemas de ordem interna e externa ao Movimento para sua concretização em seu modo de produzir e de se reproduzir socialmente. Assim, foi possível perceber que essa transição tem influenciado na resignificação de seu repertório de luta e resistência na sociedade brasileira, em particular no espaço rural amazônico, imprimindo uma redefinição de sua concepção de

desenvolvimento rural e de educação do campo com a inserção do tema da sustentabilidade, conformando outros marcos político, epistemológico e de sociabilidade num horizonte contra-hegemônico.

Contudo, essa virada agroecológica (em movimento) *no* e *do* MST enfrenta limites de caráter, sobretudo estrutural, comprometendo, assim, o avanço dessa agenda de transição agroecológica e de sua narrativa e, por consequência, a constituição de sua resistência e a proposição de alternativa ao modelo hegemônico do agronegócio. Isso implica argumentar, portanto, que tanto o desenvolvimento rural e a educação do campo como a transição agroecológica não podem prescindir de um debate epistemológico, associado ao debate político e social, num horizonte de descolonização dos aportes teóricos críticos, a fim de fazer emergir outras epistemes e interpretações e experiências de sociabilidades outras a partir do Sul, da periferia, dos excluídos e excluídas, que compõem esse *rural das margens amazônicas*.

É relevante ressaltar aqui que, na atualidade da sociedade brasileira, estamos vivendo uma crise de múltiplas dimensões e um grave retrocesso democrático (Chauí, 2019; Avritzer, 2019; Singer, 2018, 2019;

Santos, 2019) com implicações e inflexões profundas para diversos campos de pesquisa, em particular para as humanidades, e para diversos setores da sociedade, em especial a classe trabalhadora, os povos originários e comunidades tradicionais e camponesas, a população negra e LGBTQI+, as mulheres etc., o que exige uma renovação da agenda de pesquisa social e educacional nesse campo de estudo, em particular, aqui, a educação do campo, agroecologia e desenvolvimento rural, uma vez que essas políticas públicas e áreas sofreram um verdadeiro desmonte e esvaziamento, além da marginalização e criminalização ideológica.

Se é bem verdade que a crise da sociedade brasileira já dava seus sinais na transição do primeiro para o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, é, também, verdade que ela vai se agudizar com o *impeachment* da referida presidente, em agosto de 2016, e com a retomada hegemônica da racionalidade neoliberal, produzindo uma reorientação e *inflexão* na agenda política do Estado com o governo de Michel Temer, que passou a implementar uma série de Reformas ou melhor *Contrarreformas* (Singer, 2018), que provocaram um “novo/velho” cenário de desmonte de direitos individuais e coletivos na sociedade brasileira,

intensificando um capitalismo dependente e periférico como marca da modernização colonialista, à custa do sacrifício da democracia e da república brasileiras.

Mais recentemente, com a eleição presidencial, em 2018, de Jair Bolsonaro (hoje, sem partido, mas foi eleito pelo PSL), representante do campo político de extrema direita, no Brasil, a racionalidade neoliberal assume outros contornos com o avanço de toda uma onda ultra conservadora e reacionária, que vêm impondo, com vigoroso teor e trabalho ideológico religioso e de mercado, um aprofundamento dessas (contra)reformas, com marcante traço autoritário (Chauí, 2019; Santos, 2016), desmontando e esvaziando as políticas públicas anteriores, além de todo um trabalho ideológico de criminalização de povos, movimentos e organizações sociais que se colocam num campo de oposição a esse governo (CPT, 2020), marcando um profundo retrocesso dos direitos humanos no país (Anistia Internacional, 2020; 2020/2021).

Esse cenário sombrio revela que a modernização à brasileira, como interpretara e denunciara Fernandes (1987), longe de romper com as estruturas e heranças tradicionais, estas permanecem vivas e atuantes na constituição dessa modernização-colonialista feita “pelo alto”, que expressa um capitalismo

dependente e periférico, marcado por grandes contradições e conflitos entre classes e grupos sociais desiguais estruturalmente, assumindo o campo brasileiro um relevante retrato dessas contradições e conflitos.

Dialogando com as formulações de Santos (2007), é possível identificar, nesse atual contexto, uma expansão e intensificação do uso instrumental dos modos de produzir a não-existência do *rural das margens*, sua invisibilidade e exclusão pela racionalidade moderna eurocêntrica (indolente) e pelo modelo de desenvolvimento neoextravista do agronegócio. Essa modernização-colonialista reproduz uma lógica de violência física e simbólica, que é externa, mas, também, expressão aguda de um “colonialismo interno” (Casanova, 2006), que impõem grandes obstáculos para efetivação real de uma sociedade republicana e democrática, sendo a Amazônia um dos exemplos concretos desse dilema histórico na atualidade.

Em face desse cenário de crise, aquele ensaio histórico de resistência em “unidade” entre os povos do campo, das águas e da floresta, em 2012, demonstra, nessa atual conjuntura de crise multifacetária brasileira (democrática, ambiental, pandêmica etc.), um grande refluxo como expressão de uma

resistência, em grande medida, na defensiva, mas que as lutas e resistências estão aí (CPT, 2020) e esse encontro como tantos outros históricos precisam ser tomados como grandes aprendizados de esperança histórica, de *pedagogias outras ou pós-abissais* (Santos, 2019; Arroyo, 2012). Essa é, de fato, uma quadra histórica de profunda inflexão e retrocesso democrático, em que tanto a tese do movimento e pensamento decolonial de “modernidade-colonialidade” recrudescem intensamente (Lander, 2005; Castro-Gomes; Grosfoguel, 2007), quanto à do “fascismo social” defendida por Boaventura Santos (2016, 2019) e do “necroneoliberalismo” de Achille Mbembe (2020). Esse cenário de crise parece fazer emergir e impor novas agendas de pesquisa e de ação política na sociedade brasileira (e latino-americana), em especial na Amazônia, sobre a temática aqui tratada.

Referências

Abreu, V. S. (2020). *Associação de Mulheres Agricultoras (AMACAMPO): Saberes e práticas que envolvem o ser mulher camponesa no MST, agroecologia e educação do campo* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Estado do Pará, Belém.

Acosta, A. (2016). *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: autonomia literária. Elefante.

<https://doi.org/10.7476/9788578794880.0006>

Acsegrad, H. (2010). Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Revista Estudos Avançados*, 24(68), 103-119. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>

Almeida, A. (2011). *A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica*. In Almeida, A., & Sauer, S. (Orgs.). *Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas* (pp. 27-44). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Almeida, R. A. (2006). *(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe*. São Paulo: Ed. Unesp.

Anistia Internacional. (2021). *Informes 2020/21: O estado de direitos humanos no mundo*. <https://www.amnesty.org/download/Documents/POL1032022021BRAZILIAN%20PORTUGUESE.PDF>. Acesso em abril/2021.

Anistia Internacional. (2020). *Relatório: Direitos humanos nas Américas: retrospectiva 2019*. <https://www.ecodebate.com.br/2020/03/02/relatorio-aponta-que-2019-foi-ano-de-retrocessos-para-os-direitos-humanos-no-brasil/>. Acesso em Jan/2021.

Arroyo, M. (2012). *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Avritzer, L. (2019). *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019.

Boltanski, L., & Chiapello, E. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.

Borges, J. (2009). *MST: do produtivismo a agroecologia*. Trabalho apresentado no I Seminário Nacional de Sociologia e Política da UFPR, (GT 07).

Borsatto, R. S. C., & Maristela. S. (2013). A Construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). *RESR*, 51(4), 645-660. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032013000400002>

Brasil. (2007). *Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas*. Brasília-DF: SECD/MEC.

Brasil. (2013). *Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2013-2015*/Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. – Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

Brasil. (2016). *Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2016-2019*/Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. – Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Caetano, D. C. (2013). O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 100. <https://doi.org/10.4000/rccs.5245>

Caldart, R. (2009). Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. *Trab. Educ. Saúde*, 7(1), 35-64. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003>

Caldart, R. (2004a) *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular.

Caldart, R. (2004b). *Elementos para a construção de um projeto político e*

pedagógico da Educação do Campo. Molina, Mônica [et al]. Contribuições para a Construção de Um Projeto de Educação do Campo. (Orgs). Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”. Coleção por uma educação do campo, nº 05 F.

Carporal, F. R., & Petersen, P. (2011). *Agroecologia e políticas públicas na América Latina: O caso do Brasil*. *Agroecologia*, 6, 63-74.

Carporal, F. R., & Costabeber, J. A. (2004a). *Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre-RS.

Carporal, F. R. (2004b). *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER- IICA.

Casanova, P. G. (2006). *Colonialismo interno [una redefinición]*. In Boron, A., et al. (Orgs). *Teoria marxista hoje: problemas e perspectivas* (pp. 395-420). Buenos Aires. Clacso.

Castro-Gómez, S., & Grosfoguel, R. (2007). Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico”. In Castro-Gómez, S., & Grosfoguel, R. (Coords.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 09-24). Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

Chauí, M. (2019, 06 de outubro). Neoliberalismo: uma nova forma de totalitarismo. *A terra é redonda*. P. 1.

Comissão Pastoral da Terra. (2020). *Conflitos no Campo: Brasil de 2019*. Goiânia: CPT Nacional.

Comissão Pastoral da Terra. (2016). *Conflitos no Campo – Brasil 2016*. Goiânia: CPT Nacional.

Corrêa, S. R. M. (2020). O Movimento dos Atingidos por Barragens: interpelando o debate do desenvolvimento no Brasil e na Amazônia. *Revista de Ciências Sociais (UFC)*, 50, 1-602. <https://doi.org/10.36517/rcs.50.3.a01>

Corrêa, S. R. M., & Nascimento, M. D. F. (2019). MST, agroecologia e educação do campo na Amazônia: um estudo sob o enfoque das epistemologias do sul. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 12(29), 299-324. <https://doi.org/10.20952/revtee.v12i29.9346>.

Corrêa, S. R. M. (2014). *As lutas e resistências do Movimento Xingu Vivo Para Sempre diante do projeto hidrelétrico de Belo Monte: o padrão de desenvolvimento da Amazônia em disputa* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

Corrêa, S. R. M., & Hage, S. M. (2011). Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais. *Revista NERA (UNESP)*, 18, 79-105. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i18.1336>

Dardot, P., & Laval, C. (2016) *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. [Tradução: Mariana Echalar]. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, (Col. Estado de Sítio).

Declaração 2002: *Por Uma Educação do Campo*. In Kolling, E., et al. (2004). (Orgs). *Educação do Campo: identidade e políticas públicas*. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”. Coleção por uma educação do campo, nº 04 F.

Delgado, N. (2010). Introdução. *Brasil Rural em Debate: coletânea de artigos*. Brasília: CONDRAF-MDA, 2010.

Engelmann, S. I. (2016). O papel da Reforma Agrária Popular no Brasil. *Sul21*, 0, 01 - 01.

Fals B. O. (1970) *Ciencia Propia y Colonialismo Intelectual*. Ciudad de México: Editorial Nuestro Tiempo.

Fernandes, B. M. (2000). *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Fernandes, F. (1987). *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Guanabara.

Freire, P. (2001). *Pedagogia do oprimido*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Lander, E. (Org.). (2005). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro.

Leite Lopes, J. S. (2006) Sobre os processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre os dilemas de participação das lutas sociais. *Horizontes Antropológicos*, ano 12, 25, 31-64, <https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000100003>.

Loureiro, I. (2016). Agronegócio, resistência e pragmatismo: as transformações do MST. In Singer, A. (Org.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* (pp. 123-156). 1º. Ed. São Paulo: Boitempo.

Malheiro, B., Porto-Gonçalves, C., & Michelotti, F. (2021). *Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo*. 1º ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular.

- Machado, L. C. P. (2013). As necessidades humanas, os saberes, a utopia e agroecologia, os cerrados e sua proteção. Sauer, S., & Balestro, M. V. (Orgs.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica* (pp. 229-260). 2. Ed. São Paulo. Expressão Popular.
- Manifesto das Organizações Sociais do Campo. (2014). Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/comissoes-episcopais/caridadejustica-e-paz/8779-manifesto-das-organizacaoes-sociais-do-campo>. Acesso em: 15 mai.
- Mbembe, A. (2020, 30 de março). entrevista ao jornal Folha de São Paulo. *Folha de São Paulo*, p. 1.
- Molina, M. (Org.). (2006). *Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão* Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Molina, M. (Org.). (2010). *Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão*. Brasília: MDA/MEC.
- Quijano, A. (2010). Colonialidade do poder e classificação social. In Santos, B. S., & Menezes, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul* (pp. 73-119). São Paulo: Cortez.
- Santos, B. S. (2019). *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Santos, B. S. (2016). *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo.
- Santos, B. S. (2010). Para além do Pensamento Abissal: das Linhas globais a uma ecologia dos saberes. In Santos, B. S., & Menezes, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul* (pp. 23-73). São Paulo: Cortez.
- Santos, B. S. (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo.
- Santos, B. S. (2006). Uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In Santos, B. S. (Org.). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política* (pp. 93-154). São Paulo: Cortez.
- Santos, B. S. (2001). *A crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.
- Santos, W. G. (2017). *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Sauer, S., & Balestro, M. V. (2013). (Orgs.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. 2. ed São Paulo: Expressão Popular.
- Schimtt, C. J. (2013). Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In Sauer, S., & Balestro, M. V. (Orgs.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica* (pp. 174). 2. ed São Paulo: Expressão Popular.
- Seminário de Educação em Agroecologia (I SNEA). (2013). *Construindo princípios e diretrizes*.
- Singer, A. V. (2018). *O lulismo em crise: o quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Singer, A. V., & Loureiro, I. (2016). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?*. São Paulo: Boitempo.
- Singer, A. V. (2015). Cutucando onças com varas curtas: o ensaio neodesenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). (2015). *Novos Estudos CEBRAP (Impresso)*, 102, 43-71-71.

<https://doi.org/10.25091/s0101-3300201500020004>

Singer, A. V. (2012). *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sousa, R., & Cruz, R. (2015). (Orgs.). *Educação do campo, formação profissional e agroecologia na Amazônia: saberes e práticas pedagógicas*. Belém: IFPA.

Wanderley, M. N. B. (2009). *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a proposta da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

ⁱ Com objetivo de salvaguardar suas identidades, o assentamento localizado em Belém está identificado como “Assentamento I” e o localizado em Castanhal está identificado como “Assentamento II”.

ⁱⁱ Os resultados de pesquisa apresentados nesse texto expressam o que acumulamos no Projeto de Pesquisa: “A experiência de transição agroecológica do MST na Amazônia, educação do campo e desenvolvimento rural: um estudo sob o enfoque das Epistemologias do Sul”, cujo período de vigência foi de 2017 a 2020. Informamos que esse projeto era muito mais amplo e ambicioso, contudo, em virtude da indisponibilidade de recurso financeiro, da pandemia e de outras circunstâncias, tivemos que ajustar e delimitar em relação a sua proposta inicial que era pesquisar “As lutas e resistências de movimentos sociais e povos originários na Amazônia e suas educações: um estudo a partir do diálogo entre as Epistemologias do Sul e o Pensamento Freireano”.

ⁱⁱⁱ Os entrevistados aqui apresentam nomeações fictícias tendo em vista salvaguardar suas identidades, bem como os nomes de assentamentos e lotes agroecológicos.

^{iv} Sobre esse tema, consultar os estudos de Corrêa (2014), que evidencia as posições teóricas e polêmicas em debate em torno dos Governos Lula.

^v Sobre esse tema e conceito, consultar Corrêa (2014), que expõe os diversos ângulos e perspectivas em debate.

^{vi} Em relação a esse debate no âmbito da América Latina, sugerimos consultar Acosta (2016) e Santos (2016).

^{vii} Tomamos essa noção com base em Boaventura Santos (2006, 2010, 2019). Ele usa a expressão *Sul* não no sentido geográfico, mas sim do ponto de vista epistêmico e metafórico, a fim de designá-lo como o “sofrimento humano” provocado pelos sistemas dominantes capitalista, colonialista e patriarcado do Norte Global, o sistema mundo moderno-colonial ocidental. Nesses termos, fazer emergir *epistemes outras*, a partir do Sul Global e das experiências e saberes dos grupos subalternizados, implica dispor e tornar visível outras formas de ser e de interpretações não-eurocêntricas do mundo, criando uma “ecologia de saberes” e contribuindo para descolonização de nossas formas de pensar, agir, sentir e ser.

^{viii} No tocante ao *impeachment* da presidenta Dilma, entendemos, com base em Guilherme dos Santos (2017), como um “golpe parlamentar”.

^{ix} Sobre a história de formação do MST, consultar Caldart (2004a); Fernandes (2000).

^x Sobre o processo de “transição agroecológica” no MST, consultar o que Corrêa e Nascimento (2019) já apresentam parcialmente. Consultar, também, Borges, (2009); De’ carli, (2013); Borssato; Carmo, (2014); Abreu, (2019).

^{xi} Ao usarmos essa expressão “a partir de baixo”, estamos nos referindo aos grupos sociais subalternizados, situados à margem ou nesse Sul anti-imperial proposto por Boaventura Santos (2010), sendo o MST um desses movimentos contra-hegemônicos, que vem inventando formas outras de sociabilidade, de conhecimento e educação.

^{xii} Sobre essa trajetória, consultar Corrêa e Nascimento (2019).

^{xiii} Sobre a história da educação do campo, consultar os livros da *Coleção Por Uma Educação do Campo*; e Caldart (2009).

^{xiv} Sobre essa proposta da “Educação em Agroecologia”, consultar Corrêa e Nascimento (2019).

^{xv} Uma outra marca relevante dessa reconfiguração do repertório do MST é o tema de “Gênero”. No

assentamento I pesquisado, identificamos um movimento (AMACAMPO) protagonizado por mulheres do MST, focando a questão da produção (numa perspectiva da agroecologia) e sua relação com a educação do campo e desenvolvimento rural. Sobre a AMACAMPO, consultar Abreu (2019).

^{xvi} Sobre isso, consultar Corrêa e Nascimento (2019).

^{xvii} O MST vem fazendo um manifesto de protesto, em nível nacional, no que tange ao fechamento de escolas no campo, situação agravada ainda mais com a pandemia e no governo Bolsonaro. No Estado Pará, o Fórum Paraense de Educação do Campo, vem realizando eventos e audiências públicas, em parceria com os povos originários e comunidades quilombolas, para protestar e tornar pública essa problemática.

^{xviii} O tema da Educação do Campo se tornou um relevante campo de estudo. Consultar sobre isso: “Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão” (Molina, 2006; 2010).

^{xix} Sobre isso, consultar Corrêa e Nascimento (2019).

^{xx} Sobre isso, consultar Corrêa e Nascimento (2019).

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em : 20/05/2021
Aprovado em: 18/08/2021
Publicado em: 20/12/2021

Received on May 20th, 2021
Accepted on August 18th, 2021
Published on December, 20th, 2021

Contribuições no Artigo: Os autores foram os responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA
Corrêa, S. R. M., & Nascimento, M. D. F. (2021). Desenvolvimento rural e educação do campo na Amazônia: um estudo da experiência de “transição agroecológica” no MST. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e12229. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12229>

ABNT
CORRÊA, S. R. M.; NASCIMENTO, M. D. F. Desenvolvimento rural e educação do campo na Amazônia: um estudo da experiência de “transição agroecológica” no MST. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 6, e12229 2021. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12229>